

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

RENATA FRANQUI

**EDUCAÇÃO FEMININA E PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE NA  
REVISTA *FON-FON!***

MARINGÁ  
2013

RENATA FRANQUI

**EDUCAÇÃO FEMININA E PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE NA  
REVISTA *FON-FON!***

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, enquanto requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia, pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Professora Doutora Ivana Guilherme Símboli.

MARINGÁ

2013

RENATA FRANQUI

**EDUCAÇÃO FEMININA E PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE NA  
REVISTA *FON-FON!***

---

Prof. Dra. Ivana Guilherme Símlil  
(Orientadora)

---

Prof. Dra. Marcília Rosa Periotto  
(Banca examinadora)

---

Prof. Ms. Marli Delmônico de Araújo Futata  
(Banca examinadora)

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Dedico este trabalho à minha mãe, **Marlene**, e meu pai, **Wanderley**, por me amarem e estarem do meu lado incondicionalmente, apoiando e viabilizando todas as oportunidades para meu desenvolvimento.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, como em tudo em minha vida.

Aos meus pais, Wanderley e Marlene, pelo esforço e dedicação de uma vida inteira.

Ao meu noivo, Eduardo, pelo apoio em todos os momentos e, sobretudo, por ser sempre meu porto seguro.

Aos meus irmãos e cunhadas, Junior e Monique, Tiago e Natasha, pela companhia sempre tão amável, divertida e reconfortante.

Aos demais familiares, pelo apoio e incentivo.

Aos amigos de diferentes etapas da minha vida, por todos os bons momentos.

Às amigas especiais Ana Paula e Michelli, pelos tantos momentos de amizade compartilhados, pela parceria nos trabalhos, pelos conselhos e, sobretudo, pelo carinho de todos os dias desta graduação. Vocês jamais serão esquecidas.

Às minhas companheiras de turma que, durante quatro anos, dividiram inúmeros momentos que ficarão em minha memória por toda minha vida. De forma especial à Leniara, Aline Velasco, Edna e Marcella.

À Universidade Estadual de Maringá, Departamentos de Teoria e Prática da Educação e Fundamentos da Educação.

Aos queridos professores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, os quais são, para mim, grandes exemplos e inspiração.

À banca examinadora desta monografia, professora Dra. Marcília Rosa Periotto e professora Ms. Marli Delmônico de Araújo Futata, pelas importantes contribuições.

Por fim, meu sincero agradecimento à minha querida orientadora, professora *Dra. Ivana Guilherme Síмили*, que me acompanhou durante toda a minha graduação. Principalmente, agradeço por ter enxergado em mim um potencial

que eu mesma não reconhecia, me motivando no trilhar dos caminhos da pesquisa e dos estudos realizados. Agradeço pelo exemplo de pessoa e de profissional que pude conhecer de perto, por tamanha generosidade em compartilhar tantos conhecimentos, fontes, conversas, conselhos etc., por ensinar que a vida é dura, porém, mais dura será se não encontrarmos sua graça.

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*

*Fernando Pessoa*

FRANQUI, Renata. **EDUCAÇÃO FEMININA E PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE NA REVISTA FON-FON!**. 2013. 53f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

## RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão sobre os processos de aprendizagem das mulheres, no sentido de educá-las para se tornarem e se mostrarem publicamente como boas mães, no período que tem início as políticas do Estado Novo, especificamente no ano de 1937, em que a educação tinha em vista promover a construção de um novo ideal de homem. Neste âmbito, a figura materna detinha uma grande importância, ao passo que se considerava os cuidados maternos para com os filhos o motivo que os tornava homens ativos e patriotas. Definiu-se por objeto de análise a Revista *Fon-Fon!*, um periódico que circulou no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, lida por um público formado por mulheres letradas e pertencentes à elite carioca. A pesquisa permitiu entender que, após a conclusão dos estudos pelas jovens, a continuidade da formação da personalidade feminina ocorria por meio da leitura de revistas dedicadas a esse público, dentre elas o *Fon-Fon!*. Nessa revista se veiculava assuntos sobre o universo materno, sobretudo no que diz respeito aos cuidados dos filhos na perspectiva da higiene, saúde e moda. A concretização do pensamento que envolve a concepção educacional para as mulheres no período se dava por meio das aparências infantis, veiculadas através de imagens das colunas sociais, as quais se tornavam reflexo do bom desempenho feminino no que diz respeito à maternidade. Sendo assim, considera-se a imprensa um instrumento pedagógico-cultural, que educa e constrói as subjetividades das mulheres a partir das representações do que significava ser mãe e o que a sociedade, a cultura e a educação esperavam que ela fizesse para bem desempenhar o papel social concebido como “natural” ao feminino, ou seja, a maternidade.

**Palavras-chave:** Estado-Novo; imprensa feminina; pedagogias culturais; moda.



FRANQUI, Renata. **THE FEMININE EDUCATION AND MATERNITY PEDAGOGY IN THE MAGAZINE *FON-FON!***. 2013. 53f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

### **ABSTRACT**

This study proposes a reflection on the learning processes in the education of women, in the sense of educating them how to become and display in public as good mothers in the period when the Estado-Novo politics began, specifically in the year of 1937, in which the education had in its premises promoting the construction of a new ideal man. In this context, the maternal role held a big importance, in a way that it was considered to be through the maternal cares with the children what made them become active and patriotic men. It was defined as object of analyze the Magazine *Fon-Fon!*, a periodic that circulated in Rio de Janeiro in the first half of the twentieth century, which audience was formed by literate women who were part of the elite people in the city. The research allowed to understand that after concluding the formal studies by young people, the continuity formation of the feminine personality occurred by the reading magazines dedicated to this audience, among them the *Fon-Fon!*. This magazine it was conveyed subjects about the maternity universe, mainly related to children's care in the perspective of hygiene, health and fashion. The achievement of this thought that involves the educational conception to the women in the period is done by the means of infant appearances, conveyed through images in social columns that were considered a reflex of the good feminine performance when regarding maternity aspects. Therefore, it was taken into account that the press as a cultural and pedagogical instrument that educates and constructs the women subjectivity, based on the representation of what meant being a mother and what the society, the culture and the education expected from her to be performing well the social role that was designed as "natural" to the feminine, that means, the maternity.

**Keywords:** Estado-Novo. Feminine press. Cultural Pedagogies. Fashion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	15
2. AS REVISTAS E A EDUCAÇÃO DAS MÃES .....	28
3. FON-FON! E AS PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS.....	51

## **EDUCAÇÃO FEMININA E PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE NA REVISTA *FON-FON!***

### **INTRODUÇÃO**

No campo teórico dos estudos historiográficos, cuja preocupação concentra-se em compreender os acontecimentos históricos, sociais e culturais, destacam-se os temas sobre família, sexualidade, gênero, moda, etc., que deixaram de ser considerados assuntos frívolos para, ao contrário, despertar a atenção de estudiosos, em específico, da educação, na tentativa de entender como se dão as relações sociais, bem como a influência destes na vida em sociedade.

Nesta perspectiva insere-se a pesquisa ora apresentada, destacando-se o seu percurso. O estudo não é apenas um trabalho de conclusão de curso, conforme disciplina obrigatória para obtenção do título de Pedagoga pela Universidade Estadual de Maringá. Trata-se de pesquisa que se desenvolveu a partir de percurso iniciado paralelamente aos projetos de iniciação científica (PIBIC-CNPq/UEM) desenvolvidos entre os anos de 2011 e 2013. Neles, os temas versaram sobre a importância das roupas infantis na construção das identidades de gênero, como feminino ou masculino, de forma a evidenciar e trazer o estudo da moda para o campo da educação.

Desta forma, por meio das pesquisas foi possível dimensionar a história das aparências em seus nexos com a educação, na medida em que as roupas ocupam lugar de destaque nas relações humanas, sociais e pedagógicas, na vida dos sujeitos e, particularmente, nos espaços escolares.

De maneira implícita ou explícita, nas pesquisas de Iniciação Científica, concebeu-se a atuação do pedagogo, como profissional que tem por objeto principal de seu trabalho os processos de ensino e aprendizagem e, neles, a compreensão das crianças a que se refere e com as quais se lida, tornando-se uma necessidade do fazer e do pensar pedagógico.

Diante disso não é possível conceber e educar as crianças sem considerar as formas como elas mostram-se aos olhos dos educadores/as,

sem levar em consideração o meio na qual vivem e suas relações familiares. Neste ponto, destaca-se a necessidade de se voltar o olhar para a figura materna, que, como primeira educadora, atua diretamente na educação das aparências infantis, vestindo-as diariamente para a escola e para outros compromissos sociais.

Neste âmbito, cabe considerar o papel da mídia – televisão, cinema, revistas, internet etc. – na propagação das práticas de consumo como um todo, em específico do mercado da moda que, a cada estação, cria novas coleções e, com elas, a necessidade de renovar os guarda-roupas infantis na medida em que as crianças crescem ou que o clima muda. Esta tarefa, de visitar as lojas, escolher as peças adequadas, cuidar dos guarda-roupas dos/as filhos/as, não é de outra pessoa senão das mães.

Portanto, o ponto de partida deste trabalho são as múltiplas faces das relações entre mães, crianças, as roupas e a educação. Levando em consideração estes aspectos, propor-se-á o estudo sobre os processos de aprendizagem das mulheres para tornarem e se mostrarem publicamente como boas mães, ou seja, de que elas estão a cumprir, e bem desempenhando, os papéis sociais da maternidade que incluem as aparências das crianças.

O pressuposto da pesquisa é o de que a imprensa constitui-se em instrumento da educação das mães. Nas notícias e nas imagens, em particular, nas revistas de grande circulação, os conselhos e as dicas de como cuidar das crianças, como vesti-las, como alimentá-las constituem-se em pedagogias para a maternidade, inculcando-lhes os conceitos, as noções e práticas que organizam as representações nas e das subjetividades maternas, conduzindo seus comportamentos de consumo e os tratamentos adequados às crianças.

Por tratar-se de tema amplo e com muitas portas de entrada para a análise, no trabalho, a delimitação temática e teórico-metodológica foi estabelecida em torno do seguinte objetivo, qual seja examinar os ensinamentos veiculados sobre cuidados maternos na revista *Fon-Fon!* no ano de 1937.

Ressalta-se que, com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, vieram atividades ligadas à impressão, que até então eram proibidas. Em pouco tempo, a imprensa, direcionada ao público feminino iniciou seu trabalho, embora “nem sempre tenha sido produzida *por* mulheres” (LUCA, 2012, p.

447). A temática de tais periódicos possui uma abordagem circular, ligada à natureza e às estações do ano, abrangendo temas específicos, como moda, beleza, culinária, cuidados com a casa e com os filhos, entre outros.

Segundo Tania de Luca (2012, p. 448), as revistas femininas eram procuradas por mulheres em busca de entretenimento e de uma leitura leve e prazerosa. Em suas páginas, a leitora era convidada a aproximar-se da revista a partir de uma linguagem que imprimia, por seu tom coloquial, uma sensação de amparo, amizade e aconselhamento:

Tal proximidade, que carrega as marcas da emoção e da afetividade, pode atuar como um importante elo no processo de transmissão da informação, mas também de convencimento e mesmo imposição, apoiados em enunciados prescritivos e normativos, que ordenam o que fazer e como fazer. Não por acaso, o tempo verbal mais frequente é o imperativo, configurando um discurso bastante próximo do publicitário. (LUCA, 2012, p. 448).

A Revista *Fon-Fon!*, e os demais órgãos da imprensa feminina passaram a realizar um diálogo constante com a época no qual foi produzida, evidenciando lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres. Por conta disto, a revista acompanhou estas mudanças, atuando, portanto, como um “termômetro dos costumes de uma época” (LUCA, 2012, p. 450).

As mulheres letradas, pertencentes à elite carioca constituíam-se o público da revista *Fon-Fon!*. A escolha da revista como fonte de pesquisa partiu do entendimento de que, por seu intermédio, é possível dimensionar e conhecer o que as mulheres do passado aprendiam por meio da leitura do periódico acerca dos cuidados que deviam permear as relações com seus filhos e filhas. Assim, concebe-se que o periódico detinha grande importância para campo educacional, ajudando com os conselhos endereçados à mãe na construção de um ideal de maternidade, adquirindo, portanto, caráter pedagógico-educativo.

Luca (2012, p. 450) destaca, ainda, que

É certo que as revistas femininas conheceram, desde o século XIX, alterações que evidenciavam os diferentes lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres. Justamente por dialogarem com seu tempo, os periódicos permitem acompanhar as mudanças temáticas, ênfases e expectativas como se fossem termômetros dos costumes de uma época. (LUCA, 2012, p. 450).

Em suma, este trabalho tem por objetivo mostrar o que as leitoras da *Fon-Fon!* viam, liam e aprendiam sobre os cuidados maternos com as crianças. Com esse caminho metodológico busca-se deslindar e conhecer a cultura que permeava a relação das mães com seus filhos e filhas. Em outras palavras, concebe-se que por meio do contato visual e de leitura proporcionado pela revista às mães, elas aprendiam quais eram as atitudes, comportamentos e cuidados que deviam ter para com suas crianças.

Por conseguinte, pressupõe-se que a revista cumpria uma função pedagógico-cultural, educando-as para as tarefas da maternidade e constituindo suas subjetividades com as representações do que significava ser mãe, o que a sociedade, a cultura e a educação esperavam que ela fizesse para bem desempenhar o papel social que, em 1937, era concebido como “natural” ao feminino, ou seja, a maternidade.

O período escolhido não se deu de modo aleatório. Foi a partir do Estado-Novo, grande projeto político que, “com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira” (BOMENY, 1999, p. 151), a educação a ser ministrada deveria promover a construção de um novo ideal de homem, para um Estado Novo, empreendimento cultural e político que delegava à educação a tarefa de “socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados” (BOMENY, 1999, p. 139).

Neste ponto, a figura materna detinha um papel de grande importância do governo de Getúlio Vargas, pois, por meio da educação e cuidados que davam aos seus filhos os tornavam ativos, trabalhadores e sensíveis ao patriotismo, conforme proposta educacional empreendida no período. Desta forma, reafirma-se a importância de conhecer como as mães, por intermédio da leitura de jornais e revistas, aprendiam como cuidar das crianças, da higiene e das suas roupas.

Feito estes apontamentos, importa destacar que o presente trabalho tem por objetivo a compreensão do panorama da história da educação formal feminina, em destaque para as ações do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema feitas a este respeito. Especificamente, pretende-se elucidar o papel desempenhado pelos periódicos e imprensa feminina na

educação das mulheres, os quais se constituíam como um complemento à formação escolar das mulheres, sobretudo na década de 1930, foco específico desta pesquisa.

Logo, este texto organizar-se-á de modo que se faça o levantamento histórico a respeito dos desdobramentos ocorridos em relação à educação feminina no início do século XX, conteúdo respectivo ao Primeiro Capítulo. No Segundo Capítulo será destacado o caráter educativo da imprensa feminina, sobretudo em relação aos ensinamentos destinados às mães, a partir de instruções de como bem cuidar e educar os filhos/filhas. No Terceiro Capítulo delimitar-se-á o objeto de estudo do trabalho, a revista carioca *Fon-Fon!* e sua contribuição para a formação das subjetividades de suas leitoras, apresentando imagens ilustrativas da análise. Nas Considerações Finais será apontado o caráter pedagógico que a referida revista desempenhou na formação da personalidade feminina, principalmente no que diz respeito à maternidade.

## 1. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A compreensão do papel dos periódicos na educação e na cultura das mulheres, no sentido de educá-las e prepará-las para o desempenho das funções concebidas como naturais ao feminino nas décadas iniciais do século XX, exige que se insira e aborde a temática na história.

Deste modo, cabe pontuar o resgate histórico das questões que envolvem alguns dos desdobramentos a respeito da educação brasileira, desde o fim do Império até a primeira metade do século XX, no período republicano, em particular o ano de 1937. Neste contexto, é importante destacar a atuação de Gustavo Capanema, educador e político que ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945, durante o primeiro período do governo de Getúlio Vargas. Capanema trouxe importantes contribuições para o cenário educacional brasileiro, em sua defesa em relação ao ensino primário junto à UNESCO, além de elaborar diversas iniciativas no âmbito cultural do país e formulação de leis orgânicas para a educação.

Nascido no ano de 1900, na cidade de Pitangui, em Minas Gerais, Capanema iniciou sua vida escolar em Belo Horizonte e, ao fim do curso secundário, à luz da tradição da época, principiou seus estudos na Faculdade de Direito, formando-se em 1924, retornando à sua cidade natal para atuar como advogado, professor e vereador do município. Enquanto professor do ensino normal, Capanema teve a oportunidade de aproximar-se da reforma educacional empreendida por Francisco de Campos.

Inseriu-se na política aos trinta anos, atuando como secretário do Interior, ou seja, chefe de polícia, do governo de Olegário Maciel. Neste cargo, cabiam-lhe atribuições como abertura de crédito, autorização para despesas, além de cuidar de nomeações, aposentadorias etc. Participou da Revolução de 1930, com esforços voltados para consertar os problemas do país.

Em 1934 Capanema foi nomeado para assumir o Ministério da Educação e Saúde, a convite de Getúlio Vargas, tendo como seu mentor político Francisco de Campos. Em suma, Capanema era considerado um intelectual no poder, o qual servia de modelo a ser seguido pela juventude brasileira. Na educação, Gustavo Capanema assumiu papel de grande importância. A concepção de educação que norteava seu trabalho centrava-se



na ideia de que esta tinha por finalidade primordial dar subsídios para que o ser humano fosse capaz de adaptar-se às exigências da sociedade, além de sua socialização.

Desta forma, com o propósito de compreender os fatos que impulsionaram os desdobramentos da história da educação no Brasil, particularmente as mudanças pontuais no ensino destinado às meninas, sob o comando de Capanema, como Ministro da Educação no primeiro período do governo Vargas, faz-se necessário traçar um histórico dos principais momentos e projetos educativos.

No Brasil, o período imperial iniciou-se em 1822 e foi marcado por grandes disputas entre significativas potências em busca de melhores condições de mercado, caso da Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918. A queda da monarquia, em 1889, deu lugar a um novo regime político em ascensão. Entretanto, não se observa grandes rupturas na República no que diz respeito aos ideais educacionais do período imperial, embora a transição entre um regime e outro tivesse se dado de maneira gradual, “uma vez que se acentuou o caráter oligárquico do novo regime” (MACHADO, 2005, p. 113).

Diante das precárias condições do sistema escolar existente no período imperial, a república iniciou sua trajetória a partir da “herança caracterizada pelo fervor ideológico” (NAGLE, 1978, p. 261) do período Imperial. Jorge Nagle (1978) chama a atenção para dois momentos importantes no início da República. O primeiro, marcado com o entusiasmo pela educação, no qual “se realiza com os movimentos reformistas” (p. 264), trazendo novas ideias, planos e soluções para os problemas educacionais. O segundo, por sua vez, marcado pelo otimismo pedagógico, caracterizando-se pelos movimentos de cunho remodelador, no qual o importante era a difusão de um ensino que reproduzisse um novo modelo educacional. Vale lembrar que este último surge a partir de 1927, com a introdução sistemática dos ideais da Escola Nova.

A Constituição Federal brasileira de 1891 efetivou o Ato Adicional de 1834, que instituiu a descentralização do ensino e determinou a responsabilidade do governo federal pelo ensino secundário, superior e primário no Distrito Federal, enquanto que aos entes federados cabia a responsabilidade pelo ensino primário. O país assumiu, portanto, uma forma de

governo descentralizadora, na qual cada estado possuía autonomia nas decisões de cunho educacional, tanto no que concernia à estrutura física dos prédios escolares quanto no método pedagógico.

Vale lembrar que essa postura descentralizadora diante da questão educacional implicou na ausência de uma política nacional de educação que abrangesse todo o país, uma vez que o ensino não era ofertado de modo padronizado em todos os estados.

Em decorrência de a República manter esta descentralização do ensino estabelecida no período Imperial e, tendo em vista o clima renovador que se colocava nos anos iniciais do século XX e se torna mais evidente a partir de sua segunda década, pode-se observar o desenvolvimento de várias reformas em diversos estados brasileiros, fato que demonstrava uma insatisfação no que diz respeito aos assuntos ligados à situação em que se encontrava a educação no período.

Em relação ao contexto histórico e social mundial a que se refere o quadro social brasileiro no período, Machado (2005) afirma que

A Europa vivia, nesse período, a crise da forma burguesa de produção, na qual se acirravam as contradições de classes. A máquina automatizada acelerou o processo produtivo e, assim, levou ao aumento da riqueza acumulada e concentrada nas mãos de poucos (MARX; ENGELS, [192?]). Os mercados abarrotaram-se de mercadorias, caracterizando as crises cíclicas de superprodução e, em contrapartida, alargou-se a miséria dos trabalhadores, os quais foram forçados a imigrar para outros países para garantir sua sobrevivência. (MACHADO, 2005, p. 113).

Nesse período o Brasil encontrava-se imerso em transformações mundiais, marcadas por acontecimentos de enorme proporção e influência global, caso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Revolução Russa (1917). Desta forma, seguindo a tendência do novo conjunto de ideais que permeavam o tema educação na Europa e nos Estados Unidos, “difundia-se no Brasil a ideia da necessidade de se criar a escola elementar para o povo, ou melhor, a escola primária para todos” (MACHADO, 2005, p. 112).

A situação das escolas primárias frente a um vergonhoso contexto de abandono e falta de interesse, revelado por estatísticas que demonstravam o total descaso pela educação popular no período tratado, fato que culminou em

“uma das fontes do entusiasmo pela educação, especialmente na mediação das campanhas nacionalistas” (NAGLE, 1978, p. 269).

Conforme já mencionado, os anos finais do século XIX foram significativos no que diz respeito às transformações ocorridas em todo o mundo, inclusive no âmbito educacional. Na década de 1920 pode-se observar uma grande inquietação nacional em prol das questões educacionais, uma vez verificado o problema em não se ter um sistema organizado de educação pública no país.

Nesse propósito foi fundada a Associação Brasileira de Educação – ABE –, no ano de 1924, por Heitor Lira, que, além de suscitar importantes questões educacionais, se preocupava com a criação de conferências nacionais, publicações de revistas e diversos cursos (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70).

Através da ABE foi organizada a IV Conferência Nacional de Educação, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em dezembro de 1931, com a abertura dos trabalhos feita pelo então presidente Getúlio Vargas. Neste evento, Vargas propôs aos educadores/as a entrega de um plano nacional de educação e, assim, deu-se a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, no ano de 1932, que teve como objetivo apresentar diretrizes gerais de como deveria funcionar a educação brasileira a partir de 1920 e, sobretudo, defender a oferta de um ensino público para todas as classes sociais.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido e apresentado por Fernando de Azevedo, caracteriza-se por ser um documento de caráter histórico, cuja elaboração foi impulsionada por um movimento que surgiu com ares de renovação, procurando observar, de maneira global, o real problema educativo em que o país se encontrava.

Com esse objetivo de, principalmente, discutir as questões e dificuldades enfrentadas na construção de um Sistema Nacional de Ensino no Brasil, uma vez constatada a desarticulação e fragmentação do sistema de organização educacional brasileiro no período, o Manifesto foi elaborado. Diante disso, esta falta de unidade e continuidade no plano de reformas do sistema escolar contribuiu para a culminância de novos ideais da educação, que visavam à solução dos problemas mencionados.

Assim sendo, o ponto central que envolvia o Manifesto encontrava-se na estrutura do plano educacional elaborado, que apresentava a proposta de um projeto que levasse em consideração o desenvolvimento natural do indivíduo a partir da divisão escolar em níveis, isto é, pré-escola, que englobava crianças de quatro a seis anos; escola primária, para crianças de sete a doze anos; escola secundária para faixa etária de doze a dezoito anos e ensino superior. Nesses dois últimos níveis, o ensino secundário deveria propiciar tanto a formação do trabalho manual quanto o intelectual e o ensino superior visaria formar tanto técnicos quanto pesquisadores. Portanto, é possível observar que esta proposta almejava a formação integral da personalidade do aluno e seu potencial criativo.

De maneira geral, o movimento da Escola Nova se constituiu através do ideal de estabelecer a universalidade, gratuidade e publicidade do ensino escolar no Brasil, na tentativa de ofertá-lo do mesmo modo para toda a população, independente de sua classe social, tendo como objetivo criar uma “igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um” e, ainda, formar um cidadão livre e consciente (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70).

Vale lembrar que este movimento incumbia ao setor público à tarefa da oferta de educação, o que conferia a esse modelo de ensino a qualidade da laicidade, ou seja, isentava a escola de influências e determinações religiosas. No que se refere aos princípios pedagógicos que nortearam o movimento da Escola Nova no Brasil, é importante salientar seu caráter transformador, que propunha e valorizava o aprendizado em seus processos criativos e espontâneos, afastando-se do ensino rígido e limitado que vigorava até então.

É importante mencionar que nomes como o de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e de Francisco Campos marcaram este movimento devido o engajamento em prol das propostas e ideais nele defendidos.

Nesse contexto educacional, com relação especificamente ao ensino destinado às meninas, não se pode deixar de mencionar que, como destaca a história e a historiografia da educação, a partir do ano de 1822 travou-se uma discussão sobre o destino da educação e da instrução no Brasil.

A discussão resultou na formulação da Lei de 15 de outubro de 1827, elaborada no governo de D. Pedro I, a qual tratava, dentre outros aspectos, do ensino a ser destinado às meninas no período. Trata-se da primeira e única lei geral relativa à instrução pública sobre o ensino elementar, promulgada desde o período da Independência até o ano de 1946, e que trazia importantes recomendações afetas ao desenvolvimento escolar brasileiro no início do século XIX.

Em seu artigo de número 11, previa a criação de tantas escolas fossem necessárias para a educação das meninas nas cidades e vilas mais populosas, ficando a critério dos Presidentes do Conselho o julgamento da necessidade de abertura das mesmas, garantindo, assim, a formação de professoras. De acordo com Monteiro e Gati, “esta lei sistematiza e oficializa a entrada da mulher na sociedade brasileira, ocupando inicialmente o lugar de estudante e depois de docente” (MONTEIRO; GATI, 2012, p. 3087).

Esse ponto da lei, até então inédito, referia-se à permissão dada às mulheres de atuarem como professoras nas escolas das primeiras letras, entretanto estas deveriam apresentar primorosa e exemplar conduta para que fossem aceitas ao cargo, demonstrando uma “supervalorização das condições morais, que se sobrepõem às condições de competências e formação intelectual” (MONTEIRO; GATI, 2012, p. 3088). Ademais, este estímulo à formação de professoras se deu, também, em virtude de estas serem consideradas “verdadeiras mães”, uma vez demonstrada sua “vocação para o sacerdócio que é o magistério” (ROSEMBERG, 2012, p. 338).

No que compete aos conteúdos a serem ministrados pelas mestras, o artigo 12 da referida lei declarava que as professoras deveriam ministrar os mesmos conteúdos que pertinentes aos professores, todavia, as noções de geometria seriam excluídas, e o ensino da aritmética restringir-se-ia às quatro operações básicas. Além disso, caberia às professoras o ensino de economia doméstica e suas prendas. O artigo 13 versava que tanto as mestras quanto os mestres teriam direito a receber o mesmo ordenado e gratificações pelo trabalho realizado, fato que significou um grande avanço para a época, tendo em vista que até então restava às mulheres a dedicação exclusiva ao lar e à família.

Nesse contexto, percebe-se que, na letra da lei, o princípio que a orientava era o da descentralização do ensino, ao mandar que se criassem escolas das primeiras letras em todas as cidades, vilas etc., ficando ao encargo das províncias sua efetivação e funcionamento. Em decorrência desse princípio, foram criadas escolas normais, de modo a ofertar a formação docente na tentativa de suprimir a carência de professores neste período.

Diante disso, corrobora-se a afirmação de Fúlvia Rosemberg (2012, p. 334), que traça um panorama geral sobre a inserção das mulheres nos espaços escolares, evidenciando o rompimento de várias amarras à educação feminina formal e pública no período tratado, dentre as quais, destaca-se

a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundário e superior para as jovens brasileiras. (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

O estudo da história e do desenrolar das relações familiares e sociais fornecem valiosas pistas para melhor compreender esta questão. As meninas, tão logo nasciam, já eram consideradas uma preocupação para suas famílias, pois no período transitório entre a passagem do século XIX para o XX, as relações sociais estabeleciam que, quando moças, deveriam “contrair núpcias com um filho de um parente não muito distante, de um compadre ou ainda de um político importante da região” (AREND, 2012, p. 66).

Em contrapartida, o matrimônio estava condicionado à necessidade de a menina possuir enxoval e dote que pudesse oferecer ao noivo. O primeiro não era considerado um problema, ao passo que era confeccionado ao longo dos anos pelas próprias mãos da menina a partir de suas habilidades manuais e costura, as quais eram ensinadas assim que as sinhazinhas cresciam um pouco e se viam obrigadas a abandonar as brincadeiras com as demais crianças.

Em vista disso, não era o enxoval o maior problema para a realização de um bom casamento. A real preocupação dos pais concentrava-se no dote. “Podendo ser em dinheiro, terras, apólices bancárias, ou outras formas de riquezas, tinha que ser garantido de alguma maneira” (AREND, 2012, p. 66),

tendo em vista que sua ausência significava a restrição do círculo social da donzela, aproximando-a da temida solteirice.

Por outro lado, a educação das meninas também era levada em conta no momento do noivado. Saber tocar um instrumento musical, especialmente o piano, consistia em um imperativo para as moças das classes mais favorecidas, para demonstrarem seu refinamento cultural. Da mesma forma, o aprendizado de noções básicas de um segundo idioma, quase sempre o francês, também consistia em um importante sinal de status.

Em relação às meninas de famílias menos abastadas, essas eram obrigadas a trabalhar desde a primeira infância, por volta dos 4 e 5 anos de idade, ajudando a cuidar da casa e dos animais (galinhas, vacas e porcos), além de tomarem conta das crianças pequenas. Além disso, às meninas se solicitavam a ida às cidades vender mercadorias junto dos adultos, lavar roupas para as famílias de mais posses ou pedir esmolas nas ruas. Na área rural, a mão de obra feminina auxiliava nas atividades de menor exigência de força física e mais habilidades manuais (AREND, 2012, p. 68).

Segundo Arend (2012, p. 70), a noção de infância, no Brasil, acompanhou o processo histórico europeu, mediante a diferenciação e definição de brinquedos, brincadeiras e roupas adequadas aos meninos e às meninas. No final do século XIX e início do XX, as “meninas foram desaconselhadas a subirem em árvores, correr com cavalinho de pau entre as pernas, nadar em lagos e rios e brincar de esconde-esconde em locais ermos após os seis anos de idade”.

Os manuais de educação infantil definiam que, para as meninas, as brincadeiras saudáveis e adequadas eram aquelas que não colocavam em risco seus corpos. Nesse ínterim, ganhavam força as concepções de que brincar com as bonecas, com as panelinhas, com os ferros de passar, eram as atividades adequadas a elas. Essas determinações, inclusive, desempenhavam clara distinção entre os gêneros, adiantando a divisão do trabalho que aconteceria de maneira clara na fase adulta.

As roupas acompanhavam as mudanças nas concepções de infância, diferenciando com clareza a idade das crianças. No século XIX, os corpos dos bebês eram enfaixados. Aos dois ou três anos, as crianças ganhavam vestidos, e, aos seis anos, recebiam trajes semelhantes aos usados pelos adultos. O

guarda-roupa da criança modificava-se com o ingresso na escola, um sinal das mudanças na vida. Nessa etapa, as roupas ganhavam diferenciações nítidas, “para os meninos, os calções curtos, camisas, jaquetas, coletes, bonés e, para as meninas, os vestidos e saias sem armação, blusas mais folgadas e cabelos presos com fitas” (AREND, 2012, p. 71).

As vestes e as idades da vida passaram a fundamentar e orientar a educação das aparências das crianças. Ainda de acordo com Arend (2012, p. 71), “usar calças compridas, no caso dos garotos, e vestidos semelhantes aos das mulheres adultas”, para as meninas, passou a se constituir em elemento de comunicação visual da saída de uma etapa da vida e a entrada noutra, no caso, da infância para a mocidade.

Face ao exposto, tendo o destino das crianças precocemente traçado a partir da configuração social a qual estavam inseridas, percebe-se que as práticas de vestir, de brincar e a relação mantida entre mãe e filhos eram o que constituíam a educação das crianças até a inserção ao ambiente escolar que, mais tarde, seria entendido como espaço privilegiado e de excelência para a educação formal de crianças e jovens.

Portanto, os processos de criação e educação das meninas eram voltados a um único fim: a realização de um bom casamento, para a garantia de uma vida estável, que permitiria a elas a reprodução das vidas de suas mães e avós, como em um círculo vicioso. Em contrapartida, na criação dos meninos valorizavam-se as noções de coragem, ousadia, capacidade e poder de decisão e competitividade para a formação do homem adulto.

Conforme mencionado, no século XX transforma-se a concepção de infância, passando a ser encarada como uma fase especial da vida, que requeria cuidados específicos. Dessa forma, até os 18 anos, as crianças eram consideradas pessoas em formação, no aspecto físico e cognitivo, fato que as restringia de determinadas práticas e atividades, de modo a não correrem o risco de comprometer sua saúde. “A infância seria o momento fundamental dos processos de socialização para o ingresso no mundo adulto e estaria balizada, sobretudo, pelo saber escolar” (AREND, 2012, p. 70).

Assim sendo, em virtude das alterações socioeconômicas nas quais o Brasil enfrentava, os papéis sociais desempenhados pelas mulheres também se alterava, ampliando sua possibilidade de trabalho para além do ambiente



doméstico. Neste âmbito, “paulatinamente, o saber escolar deixou de ser um privilégio dos meninos” (AREND, 2012, p. 72). Era na escola, portanto, que as meninas, quando tinham oportunidade de avançar em seus estudos em nível secundário e superior, optavam por carreiras consideradas preferencialmente femininas, caso do magistério e da enfermagem.

Neste momento, reitera-se a importância de Gustavo Capanema para a educação brasileira, sobretudo para o período em que se trata. Particularmente sobre a educação das meninas, Capanema afirma que não é possível considerar igualmente o homem e a mulher, visto que tais apresentam destinos diversamente marcados pela Providência (CAPANEMA, 1937 apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 123). Isto implica compreender que a educação, embora Capanema a entendesse como necessária a ambos, deveria acompanhar esta convicção, ofertando um ensino que promovesse e reafirmasse as competências inatas a cada um dos sexos.

Em suma, Capanema assegurava que, enquanto a educação para o homem busca formar um sujeito ativo para os negócios e as possíveis lutas, inculcadas por meio de um teor quase militar, às mulheres era reservado um ensino que propiciava o preparo para nada além da vida doméstica, voltado para o bem estar e conservação da instituição familiar, entendida pelo Ministro como base da organização social e, portanto, deveria “ser colocada sob a proteção especial do Estado” (CAPANEMA, 1937 apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 123). Nessa perspectiva, a educação feminina, antes de tudo, serviria para preparar a mulher de modo que se tornasse uma mãe e esposa atenta à conservação de sua família. Por outro lado, a mulher deveria estar devidamente preparada para assumir sua posição e seu papel familiar, tendo em vista que a educação do período tinha em vista esta finalidade.

No âmbito destas transformações sociais insere-se o projeto do Plano Nacional de Educação, de 1937, o qual previa um ensino voltado para o campo doméstico, destinado estritamente a meninas de idade entre 12 e 18 anos que fossem, preferencialmente, de origem social mais humilde. Os conteúdos a serem ministrados neste sistema paralelo de ensino dividiam-se em doméstico geral, doméstico agrícola e doméstico industrial, com o intuito de preparar as mulheres para a vida no lar e para o exercício do magistério, por meio do

ensino de língua portuguesa, moral familiar, noções de civilidade, matemática elementar, ginástica e canto, dando ênfase sempre ao trabalho doméstico.

De acordo com Schwartzman et. al. (2000, p. 124), “a formação de professores para o sistema seria feito através da Escola Normal Doméstica, onde, durante dois anos, seriam estudados psicologia, moral e educação familiar, sociologia, direito da família, economia doméstica e contabilidade doméstica”. Além disso, nesse estavam previstos ensinamentos afetos a práticas de cultivo e colheita e de industrialização caseira dos alimentos.

Porém, esse projeto não chegou a ser efetivamente criado, tendo apenas o programa de educação doméstica sido implantado em algumas instituições católicas de educação feminina. O que foi determinado, portanto, a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 9 de abril de 1942, era que seria ministrado um ensino que diferenciase homens e mulheres, de modo que os programas atendessem às conveniências educativas específicas a cada um dos sexos, a partir de instruções pedagógicas distintas, para se trabalhar os mesmos conteúdos a um e outro.

Dessa forma, entendendo que ensino secundário tinha a finalidade fundamental de formação da personalidade adolescente, a partir de uma “sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e humanística” (CAPANEMA, 1942<sup>1</sup>).

Para a educação dos meninos, as instruções pedagógicas davam ênfase aos atos heroicos dos grandes homens, bem como enalteciam as virtudes da coragem, força de vontade e justiça, de modo a inculcar o desejo de tornar-se um sujeito trabalhador e um pai de família exemplar. As prescrições pedagógicas para as meninas, por sua vez, deveriam enaltecer as:

virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 125).

---

<sup>1</sup> CAPANEMA, Gustavo. Exposição de Motivos da lei orgânica do ensino secundário. Fonte: Exposição de Motivos nº 19, de 1 de abril de 1942. FGV/CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GgC 36.03.24 (IX). O documento em questão foi obtido por meio do trabalho de José Silvério Baia Horta (2010).

Ademais, o documento da Lei Orgânica do Ensino Secundário prescrevia uma série de instruções especiais relacionadas à educação feminina, dentre as quais recomendava que as aulas fossem ministradas em estabelecimentos de ensino secundário e classes de exclusiva frequência feminina, inclusão da disciplina de economia doméstica e orientação pedagógica voltada para a formação da personalidade da mulher, inculcando-a dos preceitos estabelecidos como necessários para que a mulher cumprisse sua missão dentro do lar (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 125). Na mesma perspectiva educacional, para as meninas de faixa etária entre 12 e 15 anos, que haviam concluído o ensino primário, a educação prescrevia uma formação complementar, permitindo-lhes bom desempenho como donas de casa e mães de família.

Feito tais apontamentos, compreende-se que há claramente uma distinção em relação à educação que se almejava para um e outro sexo. Em linhas gerais, o que se pretende demonstrar é que o ensino voltado para o público feminino do período as educava para torná-las boas mães e esposas, além de competentes donas de casa. Quanto à instrução básica de dominar a leitura, escrita e operações elementares, caracterizava-se como o mínimo esperado àquelas que seriam responsáveis pela educação dos filhos, os quais se tornariam futuros cidadãos.

Como mostra Schwartzman et. al. (2000, p. 126), a educação feminina fazia parte de uma concepção educacional de maior amplitude. Essa formação voltada para o preparo de boas mães e esposas, com fins de preservação da instituição familiar, estava inserida no contexto da formulação, por parte do ministro Gustavo Capanema, do decreto-lei de número 3.200, que tratava sobre a organização e proteção familiar. O decreto, assinado por Getúlio Vargas em 1941, além de outros aspectos, estabelecia uma série de medidas de incentivo ao casamento, como auxílios financeiros ao matrimônio e à procriação.

O “Estatuto da Família” era um documento de caráter doutrinário, regido a partir de duas ideias indissociáveis: “a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 127), tendo em vista que a

proteção da família significava manter latente a fonte geradora das forças morais da população, com vistas na consolidação do país.

Em um de seus artigos, o projeto do Estatuto da Família tratava especificamente sobre a mulher no mercado de trabalho, deixando claro que sua posição estava estreitamente ligada da absoluta divisão de papéis e de responsabilidades no casamento. Era admitida a presença feminina em estabelecimentos que fossem próprios de natureza feminina, que não ultrapassassem os limites da conveniência familiar. Como não podia deixar de ser, esta discussão refletiu diretamente na educação do período, reforçando a ideia da formação dos homens para serem chefes de família, e das mulheres para serem desejosas do casamento e maternidade.

Em linhas gerais, o que se pretendeu demonstrar neste primeiro capítulo refere-se ao fato de que a educação das mulheres no período tratado as preparava para o cumprimento de atividades e papéis sociais estritamente voltados para o âmbito doméstico, como é o caso da função de esposa, mãe e dona de casa. Como se vê, a partir da década de 1930, tais mulheres, ao findar o período destinado ao ensino formal, mantinham a continuidade de seu aprendizado através da imprensa e, por meio da leitura de revistas femininas, aprimoravam seu desempenho na maternidade, no modo como cuidavam dos filhos e filhas, zelando por sua saúde, vestindo-os adequadamente e educando-os de modo a formar meninos e meninas dentro dos moldes esperados para um e outro na sociedade da época.

## 2. AS REVISTAS E A EDUCAÇÃO DAS MÃES

Como observado no capítulo anterior, a educação das mulheres foi concebida e praticada, entre finais do século XIX e início do XX, objetivando prepará-las para o desempenho das funções tidas a época como naturais ao feminino – serem mães e esposas.

Neste capítulo, mostrar-se-á como a educação direcionada aos segmentos femininos também foi conduzida por meio dos periódicos – jornais e revistas. Em outras palavras, se a escola ensinava às meninas que bordar e costurar eram saberes necessários para o desempenho de suas funções de mãe e esposa, as revistas, entre as quais a *Fon-Fon!*, contribuía com a formação dos segmentos femininos, ensinando-lhes sobre como cuidar de seus filhos na perspectiva da higiene, saúde e moda.

Naquele momento, impulsionada pela imprensa feminina, que detinha um caráter informativo e educativo, a moda transformou-se em um objeto de registro, análise e, principalmente, discussão. Sendo assim, conforme assinalado por Rainho (2002, p. 67), a partir do surgimento da imprensa, no ano de 1808, a chamada “boa sociedade” passou a ter acesso ao que era considerado como padrão no que diz respeito ao comportamento, aos trajés a serem vestidos, etc. Vale à pena mencionar que, nesse período, o tema era abordado inclusive em periódicos de cunho feminista, cujos artigos focalizavam o tema moda.

A moda passou, portanto, a ser uma preocupação da “boa sociedade” da Corte, uma vez que era preciso estar apresentável para se exibir em bailes, teatros e demais espaços públicos circunscritos à vida social. Desta forma, pode-se observar que esta camada social procurava aproximar-se dos hábitos europeus, em particular, dos parisienses, tanto no que concernia ao modo de vestir-se, quanto aos valores e modos de ser e portar-se, buscando a civilização dos costumes e a eliminação dos ares coloniais, marcados pela rusticidade (RAINHO, 2002, p. 15).

Por conseguinte, entende-se que a chamada “boa sociedade” ao preocupar-se em optar pelo vestuário adequado, higiênico, reproduzindo os padrões europeus de vestimenta, ao mesmo tempo, manifestava o afastamento

das práticas de vestir dos demais estratos da sociedade. Em relação ao exposto, Rainho afirma que

as mulheres brasileiras, ao abandonarem os trajes coloniais que em casa as confundiam com as escravas, começam a identificar-se na aparência com as europeias. Os homens, por sua vez, ao se despojarem, adotando cores escuras, as vestimentas mais austeras e renunciando aos poucos ao uso das joias e dos perfumes, vão se igualar ao burguês europeu, que primava pela discrição e marcava, por meio dos tecidos e do corte das roupas, o lugar em que ocupava na sociedade. (RAINHO, 2002, p. 15).

Feito estas considerações, é importante tratar a respeito dos veículos que auxiliavam na difusão das modas europeias para os membros da “boa sociedade” de então, dentre os quais se destacavam as revistas e jornais femininos, que começaram a circular no Rio de Janeiro em 1827 e traziam de maneira didática, em suas páginas, seções especializadas de moda, com descrições detalhadas das tendências e modelos de roupas usados pelas mulheres francesas (RAINHO, 2002, p. 15).

Vale destacar que, além dos jornais e revistas femininas, os manuais de etiqueta e civilidade serviram como um indispensável veículo de informação e difusão da moda, ao passo que instruía a “boa sociedade” em relação ao comportamento adequado, bem como os hábitos de higiene com o corpo e com o lar. Os manuais ensinavam, ainda, a vestir-se adequadamente para variadas ocasiões, adequando a vestimenta a cada circunstância da vida social, além de levar em consideração a hora do dia, o sexo e a idade da pessoa.

Dessa forma, os manuais de civilidade traziam, em primeira mão, as tendências dos trajes a serem usados pelos círculos de maior influência da sociedade. Rainho mostra que, em relação aos jornais de moda, sua função era antecipar e “sugerir modelos de vestuário, os quais, muitas vezes, não eram sequer levados em conta [...]”. Entretanto, “nem sempre o figurino descrito por eles corresponde à moda efetivamente adotada”, uma vez que “[...] eles espelhariam muito mais o desejável ou o esperado em termos de correção *vestimentária* do que propriamente a roupa adotada pela ‘boa sociedade’ ou a moda vigente no século XIX” (RAINHO, 2002, p. 69-70).

Para esta autora,

os jornais constituem então um contraponto aos manuais de etiqueta, caracterizando-se como um corpus dinâmico, voltado

não apenas para a propaganda e para a difusão da moda, mas, particularmente, para explicá-la e digeri-la para um público ávido por informações. (RAINHO, 2002, p. 70).

É possível perceber que o processo de europeização da sociedade carioca brasileira, que se iniciou no século XIX, não se restringia à forma de vestir, pois era preciso à “boa sociedade” mais do que possuir posses e acesso a determinados bens de consumo, mas sim se destacar pelo “requisite das maneiras, pelo polimento dos costumes e, especialmente, pela maneira de apresentar-se socialmente” (RAINHO, 2002, p. 17). É, portanto, pela vestimenta e pela civilização de seus costumes, que a alta camada social destacava-se e distinguia-se da sociedade comum.

Maria do Carmo Rainho é categórica ao afirmar que o século XIX é o centenário da moda por excelência (2002, p. 20). Isto, porque, nesse período, houve uma significativa alteração na moda dos homens e das mulheres, em que, para eles, existiu um processo de despojamento, enquanto que, para elas, as vestes tendiam à sofisticação.

Nesse momento, diversificam-se, também, os discursos a respeito da moda, que passa a ser “um objeto a ser mostrado, analisado e registrado” (RAINHO, 2002, p. 19), fazendo proliferar periódicos franceses especializados no assunto, tratando sobre o tema através de suas colunas de moda nos jornais destinados ao público feminino e, em decorrência, as histórias do vestuário começaram a ser escritas, por meio dos trabalhos elaborados pelos estudiosos que se interessam por esta questão.

De acordo com Rainho, “Flügel considerava que três razões principais – decoração, pudor e proteção – eram as motivações profundas que levariam a humanidade a dedicar energia e interesse ao vestuário” (RAINHO, 2002, p. 28).

Desta forma, pode-se verificar o fato de que, no século XIX, as transformações sociais e culturais, ao serem comunicadas/expressadas pela moda trouxeram inúmeros questionamentos, foram incorporados aos estudos de diversos autores. Em razão do enorme interesse despertado pela moda, considera-se pertinente destacar, em linhas gerais, as posições teóricas dos estudiosos Herbert Spencer, Gabriel Tarde, Thorstein Veblen e George Simmel.

Herbert Spencer contribuiu para o campo teórico da moda ao tratar, pela primeira vez, sobre os princípios de imitação e distinção, “partindo da ideia de que a mutabilidade da moda decorre do fato de as classes inferiores, em busca de respeitabilidade social, copiarem os modos de ser e parecer das classes superiores” (RAINHO, 2002, p. 20) e, assim, as mudanças da moda ocorrem em virtude deste movimento. Em relação ao princípio da imitação, Spencer dividiu-o em dois tipos: a imitação respeitosa e competitiva.

Quanto ao estudioso Gabriel Tarde, afirma que a moda não é um fenômeno atual, muito pelo contrário, esta esteve presente em todas as épocas e em todas as civilizações. A moda é, portanto, uma maneira de socialização entre os sujeitos.

Por sua vez, Thorstein Veblen trata do caráter nocivo que a moda, enquanto objeto de consumo constante daqueles que buscam adaptar-se às incessantes mudanças dos padrões das vestimentas, que são irracionalmente impostos (RAINHO, 2002, p. 23). Dessa forma, a partir da teoria do consumo conspicuo, “dá ênfase a uma das características mais visíveis da moda, qual seja, o seu poder de distinguir, de revelar por meio do vestuário, a posição social do portador” (RAINHO, 2002, p. 24). Neste sentido, o interesse pela moda revela-se como um meio de satisfazer desejos pessoais de afirmação de personalidade por parte do sujeito.

Por fim, George Simmel, assim como Spencer, tem sua teoria baseada nos pressupostos da imitação e da distinção, além de tratar de questões como a arbitrariedade da moda, a antimoda, moda e inveja, moda e ritmo social, etc. Para o autor, diferentemente da vida rural, a sociedade urbana promove grande movimentação de pessoas nos círculos sociais, o que gera uma tomada de consciência a respeito da subjetividade do homem, sobretudo em relação ao desenvolvimento da moda, uma vez que esta é considerada um meio de se exteriorizar a personalidade de cada um (RAINHO, 2002, p. 25).

Rainho traz, ainda, a contribuição de Sapir a respeito do princípio da imitação, em que a considera como um atributo de busca de reconhecimento social (RAINHO, 2002, p. 27). Dessa maneira, de acordo com Sapir,

a moda veste e dá valor à estética corporal, mas não é à vestimenta nem à aparência que ela se liga, e sim aos seus símbolos. [...] Se os homens de hoje vestem calça, isto não é moda, é costume. A moda regula o comprimento da calça,



impõe suas crês, exige ou elimina a bainha, e é tudo". (s/d apud RAINHO, 2002, p. 28).

Dito isto, importa tratar a respeito dos estudos sobre moda no contexto brasileiro. Rainho destaca que,

Enquanto na Europa, desde o século XIX, surgem trabalhos interessados em analisar o papel da moda nas sociedades ocidentais, no Brasil isso ocorreu apenas nas primeiras décadas do século XX. Até então, a moda esteve confinada às páginas dos jornais femininos, aos manuais de etiquetas que circulavam na Corte, às teses médicas e a romances como os de José Alencar e Machado de Assis. (RAINHO, 2002, p. 36).

No Brasil, a partir da segunda década do século XX, diversos autores apresentaram registros e estudos sobre moda, dentre os quais se destacam Gilberto Freyre (1933, 1936, 1987 etc.), Gilda de Mello e Souza (1987) e outros.

Diversos são os jornais femininos dedicados à disseminar os costumes, os moldes e as tendências francesas em suas páginas, dando à imprensa um caráter civilizador, tendo em vista que cumpriam um importante papel na modernização dos hábitos e dos costumes.

Neste raciocínio, o jornal precursor, chamado de *Espelho Diamantino*, findou suas atividades no ano de 1827, dando lugar a muitos outros, dentre eles, *O Correio das Modas*, *O Álbum Semanal*, *Novo Correio das Modas*, *A Marmota Fluminense*, *Jornal das Senhoras*, *O Espelho*, *Semana Familiar*, *O Jornal das Famílias*, *O Domingo*, *A estação*, *A Mulher* e *O Arquivo das famílias* (RAINHO, 2002, p. 75-79).

Além do tema moda, os jornais dedicados às mulheres traziam literatura em forma de romance, que eram divididos em seções específicas em cada uma das edições, de modo que o público aguardasse ansiosamente o próximo número do periódico.

O tema moda, amplamente difundido por meio das publicações específicas do período, era considerado algo de interesse exclusivamente feminino. Ainda que, vez por outra, fossem publicados figurinos e artigos dedicados aos homens, tratava-se de uma exceção. A explicação desse descaso pela moda masculina por parte dos cronistas centrava-se, talvez, pelo

fato de que, no século XIX, a moda era significada de maneira diversa para cada um dos sexos. Em que,

para a mulher, era considerado algo indispensável, o elemento que, além de reforçar seus atributos naturais, distinguiria aquelas que pertenciam à “boa sociedade” por meio da elegância e do bom-tom. O homem, por sua vez, possuía outras formas de distinguir-se, como a educação e o grau de instrução, não necessitando da moda para se afirmar socialmente. (RAINHO, 2002, p. 82).

Neste ponto, retoma-se o estudo de Freyre (2009), que coloca os modos de homem em contraponto às modas de mulher, em que os primeiros se referem ao criar de “modos de ser, de agir, de decidir, de construir” (FREYRE, 2009, p. 21), e as segundas se superam no que concerne à criação de modas “de vestir, de criar filho, de ser religiosa, de pentear, de calçar, de cozinhar, de fazer doce” (idem, ibidem).

Desta oposição entre os sexos, Souza destaca que outra, menos nítida, é

fornecida pela oposição das classes numa determinada sociedade, a qual tende a se revelar através de certos sinais exteriores como a vestimenta, as maneiras, a linguagem, chegando mesmo a refletir-se no modo pelo qual as pessoas se distribuem no espaço geográfico. (SOUZA, 1987, p. 111).

Face ao exposto, considerando que a moda, enquanto “um elemento que reflete as transformações socioculturais da sociedade” (RAINHO, 2002, p. 12), deve ser analisada em seu caráter histórico que, articulada às práticas educacionais do período que permeia este estudo, dá pistas para compreender os hábitos e comportamentos pertinentes à tal época, visto que muitos deles tornam-se visíveis nas escolas por intermédio das maneiras de ser, de se apresentar e de se comportar de alunos e de alunas.

Portanto, enquanto um fenômeno social e cultural, a moda não pode ser estudada de forma ahistórica, devendo ser considerado o contexto no qual ela se situa e a maneira como ela se relaciona com as diversas instâncias sociais e culturais, notadamente, com a educação e com os espaços escolares. Desta forma, delimita-se o olhar para a primeira metade do século XX, especificamente para o fim de sua terceira década, o ano de 1937.

Busca-se, então, demonstrar por intermédio deste estudo é o fato da leitura dos jornais de moda deixar de constituir apenas uma das únicas formas

de lazer feminino, passando a se tornar, para as mulheres da “boa sociedade”, um veículo de informação sobre o que estava em voga em relação às vestimentas do momento, bem como sobre os cuidados com a higiene do corpo e da casa e, ainda, quais eram os comportamentos adequados para portar-se em variadas ocasiões. A leitura de jornais e revistas de moda, portanto, tornam-se um instrumento pedagógico, que ensinava às mulheres receitas para se tornarem boas esposas e mães, assim como primorosas donas de casa.

Neste contexto, a revista *Fon-Fon!*, surgida no mercado editorial do Rio de Janeiro no início do século XX, mais especificamente no ano de 1907, trouxe, semanalmente, um retrato da sociedade de então, sob a perspectiva da visão de mundo da classe burguesa. A revista se apresentava como um “semanário alegre, político, crítico e esfusiante, noticiário avariado, telegraphia sem arame, chronica epidêmica”.



Fonte: Biblioteca Nacional, *Fon-Fon!*, n. 2, 1907.

A equipe diretiva da revista contou com nomes como Lima Campos, Gonzaga Duque e Mário Pederneiras, até o ano de 1914 e, posteriormente, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes assumiram a direção da revista (ZANON, 2009, p. 226). Suas edições contaram, ainda, com notáveis colaborações, como os ilustradores, que eram considerados os melhores do país até então, Raul Calixto e J. Carlos, na primeira fase e Correia Dias, na segunda.

Em 1910, as publicações da revista *Fon-Fon!* traziam por meio de uma linguagem alegre os desenhos bem humorados de Cardoso Aires e Nair de Tefé, que assinava *Rian* – Nair escrita de trás para frente – dedicados aos assuntos voltados à política e outras cotidianidades da sociedade carioca, de

forma crítica e posicionada. Vale lembrar que Nair de Tefé foi a primeira mulher a fazer charges no Brasil.

Um ponto bastante importante refere-se ao fato de que a *Fon-Fon!* se encarregava de noticiar, em primeira mão, as novidades da capital francesa, a qual era considerada um grande referencial de elegância do mundo, sobretudo no que dizia respeito ao lançamento de modas para os públicos feminino e infantil. (BROCA, 1960, p. 208 apud ZANON, 2009, p. 227).

Em meio a uma linguagem cômica, a revista tinha como foco principal retratar a vida privada da sociedade brasileira, sobretudo a das classes mais favorecidas. A revista *Fon-Fon!* se caracterizava, ainda, por ser uma importante fonte de pesquisa, uma vez que trazia, com riqueza de detalhes e informações, o registro da vida sociocultural brasileira no início do século XX, permitindo o estudo e compreensão das relações comportamentais da sociedade de então, além de possibilitar o trabalho com a construção de sentidos no social por meio de elementos diversificados de expressão (BRITES, 2000, p. 164).

A revista *Fon-Fon!*, enquanto um periódico voltado para a representação da vida privada da sociedade brasileira no início do século XX, em particular da infância, assumiu um importante papel quanto à formação de opinião pública, além de ser um “espaço de debate e produção ideológica, por meio da valorização das ações governamentais dirigidas à infância” (SODRÉ, 1977 apud BRITES, 2000, p. 163).

O periódico preocupou-se, também, em noticiar os fatos de cunho político ocorridos na época em questão, de modo a elucidar as mudanças pelas quais o Brasil passava, possibilitando aos leitores da *Fon-Fon!*, julgar os acontecimentos sob uma perspectiva crítica e, por vezes, humorísticas (ZANON, 2009, p. 230).

Além disso, as propagandas e demais matérias publicitárias veiculadas pela revista reforçavam os ideais de cuidados com o corpo, com a saúde e beleza para com, majoritariamente, o público feminino. Nas páginas da revista era comum encontrar anúncios de cremes, loções e remédios que vendiam a ideia de juventude prolongada e bem estar físico e emocional.

Importa ressaltar que as revistas e jornais voltados ao público feminino, dentre elas a *Fon-Fon!*, por se caracterizarem como um instrumento pedagógico, estão inseridos em um conceito amplo de educação. De acordo

com Costa, Silveira e Sommer (2003, p. 57), o aprendizado ocorre não apenas nos ambientes escolares, ao contrário, mas também nos mais diferentes espaços do mundo contemporâneo e de diferentes formas, ao passo que “somos também educados por imagens, filmes, textos escritos, pela propaganda, pelas charges, pelos jornais e pela televisão [...]”, desse modo, nos são transmitidas “[...] visões de mundo, de gênero, de sexualidade [...]”.

Dessa forma, é importante ressaltar os conceitos de Currículo Cultural e Pedagogia da Mídia que, inclusive, são a preocupação central dos Estudos Culturais Contemporâneos:

*Currículo cultural* diz respeito às representações de mundo, de sociedade, do eu, que a mídia e outras maquinarias produzem e colocam em circulação, o conjunto de saberes, valores, formas de ver e de conhecer que está sendo ensinado por elas. *Pedagogia da mídia* refere-se à prática cultural que vem sendo problematizada para ressaltar essa dimensão formativa dos artefatos de comunicação e informação na vida contemporânea, com efeitos na política cultural que ultrapassam e/ou produzem as barreiras de classe, gênero sexual, modos de vida, etnia e tantas outras. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 57).

De acordo com Ruth Sabat (2007, p. 152), "os anúncios publicitários ensinam modos de conduta para pessoas de todas as faixas etárias, delimitando espaços, traçando caminhos, configurando identidades". Dessa forma, de acordo com SABAT (2007), a publicidade impressa, em específico as imagens, produz conceitos sobre os mais variados aspectos sociais, pois ajuda a compor maneiras de pensar e agir dos sujeitos, além de expor como estes se relacionam com o mundo, incentivando um determinado tipo de comportamento mais comumente aceito na sociedade

Pelas imagens publicitárias podemos observar como as relações de gênero estão sendo vistas por determinada sociedade; ou seja, quais são os significados mais ligados às mulheres e aos homens ou quais os significantes mais diretamente relacionados aos comportamentos masculinos e femininos desejados socialmente. (SABAT, 2007, p. 157).

Nesse sentido, Sabat (2007, p. 149) afirma que a publicidade apenas reproduz um discurso que já circula na meio social e, portanto, “é um mecanismo eficiente na produção das identidades de gênero sexual”, pois as imagens são responsáveis por carregar sentidos, modos de vestir e de comportamentos, constituindo identidades, uma vez que é bastante comum,

por exemplo, a apresentação de mulheres relacionadas com a figura de mãe ou donas de casa, e de homens como provedores do lar, entre outros estereótipos (SABAT, 2007, p. 152).

Pode-se afirmar, portanto, que a mídia exerce um importante papel na construção das identidades de gênero. Isso porque a educação de meninos e meninas não se restringe ao ambiente escolar, ao contrário, se faz em tantos outros artefatos educativos, que “têm como função com/formar sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais” (SABAT, 2007, p. 149), ou seja, os veículos midiáticos, por intermédio dos anúncios publicitários, ensinam sobre a maneira considerada adequada de ser mulher – mãe, esposa e dona de casa – perante determinada sociedade, configurando seus comportamentos, “correspondendo ao sistema político, social e cultural no qual estão inseridos” (idem, p. 152).

Em vista disso, é importante que se faça uma análise crítica do material publicitário em questão, observando atentamente como essas pedagogias educativas e culturais disseminadas pela revista *Fon-Fon!* recaem sobre as informações e imagens veiculadas, de modo a “identificar de que formas são socialmente construídos tipos de corpos, modos de viver, comportamentos e valores apresentados nas imagens” (SABAT, 2007, p. 152).

Feito tais considerações, entende-se que o que o conteúdo posto na abordagem dos manuais e das revistas refere-se à concordância de que eles desempenham um papel significativo na modelagem das subjetividades das mulheres, que neles encontram informações sobre como agir, comportar-se na sociedade e na cultura, disciplinando seus gostos e suas aparências. Desta forma, não se pode deixar de pontuar a concepção que norteia este estudo. A imprensa, junto de outros artefatos de comunicação e de comunicação social, tais como o cinema, a literatura, a moda são pedagogias culturais, que ensinam as mães sobre seus modos de vestir, agir e educar/cuidar de seus filhos e filhas.

### 3. FON-FON! E AS PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE

O conteúdo que compõe a abordagem dos manuais e das revistas do capítulo II refere-se ao fato de que eles desempenham um papel significativo na modelagem das subjetividades das mulheres, que neles encontram informações sobre como agir, comportar-se na sociedade e na cultura, disciplinando o gosto e as aparências.

A questão que norteia este estudo, a qual se reafirma como princípio da análise, está presente nas imagens e notícias de crianças veiculadas na *Fon-Fon!* as quais trazem os ensinamentos sobre como as mães deviam cuidar e zelar de seus/suas filhos/filhas, para torná-los fortes, saudáveis e bonitos. Essas imagens de crianças encontradas nas fotografias, nos desenhos de propaganda de remédios, de roupas, incutiam nas mães modos de cuidar do corpo, da saúde e das aparências de seus filhos, questões que serão focalizadas nos processos que viabilizaram esta pesquisa.

A respeito dos critérios estabelecidos para a seleção <sup>2</sup>das imagens, em meio aos materiais coletados, procurou-se encontrar pistas que confirmassem a maneira que a revista, enquanto um instrumento pedagógico educava as mulheres, mães, esposas e filhas, na forma de vestir-se e comportar-se nas variadas ocasiões, além das prescrições a respeito do cuidado com a casa, os maridos e os filhos.

Na edição de número 49, publicada na primeira semana de dezembro de 1937, selecionou-se os seguintes temas: modelos de vestidos para mulheres e meninas (p. 14, 40); seção infantil, que traz fotografias de crianças, as quais possuem legenda indicando sua filiação (p. 23); coluna “Mulheres Célebres” que, na edição, trata-se da filha de um general a qual se permitiu dedicar-se aos estudos da filosofia, sob o olhar do preceptor Marquez de Maricá, fato atípico para a época (p. 12); publicidade diversa, em forma de anúncio de creme dental (p. 2); de remédios para dores estomacais e infecções (p. 56); de remédio para aumentar o apetite de crianças minguadas (p. 54); de loja de moda infantil (p. 40-41); e de tônico fortalecedor voltado para a velhice, que

---

<sup>2</sup> A coleta e seleção de imagens e textos da revista *Fon-Fon!* que serão analisadas referem-se às edições de números 49 a 52, publicadas no mês de dezembro de 1937, as quais encontram-se disponíveis no site do acervo digital da revista ([http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1937/fonfon\\_1937.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1937/fonfon_1937.htm)).

retrata um casal de idosos em cena de carinho e afeto mútuos, na promessa de uma “velhice feliz” (p. 18); soneto escrito por uma mulher, exaltando o amor materno como inato à essência feminina (p. 8); coluna intitulada “A arte de ser bela – conselhos de Miss Leeds, especialista de Hollywood)”, a qual trata de dúvidas sobre beleza e comportamento enviadas pelas leitoras da revista (p. 14-15); anúncio publicitário sobre maquiagem, voltado para o público feminino adulto (p. 55).

Na revista de número 50 do mesmo mês e ano, encontrou-se, na coluna de humor, piada intitulada “Esposa exemplar”, que satiriza um fato corriqueiro da vida de um casal, no qual a mulher assume uma postura diferente da esperada para uma esposa, fazendo com que o fato se torne engraçado (p. 48). Selecionamos, ainda, material publicitário de remédio para problemas de estômago (p. 8) e seção que contém moldes de roupas para crianças (p. 37).

Na edição número 51 selecionou-se a coluna “A arte de ser bela – conselhos de Miss Leeds, especialista de Hollywood)”, que traz dúvidas enviadas pelas leitoras da revista, solicitando conselhos e dicas de beleza e comportamento (p. 14); a coluna “A arte de vestir, cortar e costurar”, que ensina truques de corte e costura no método “Toutemode”, por J. Dias Portugal (p. 52); seção de humor, com uma charge retratando um menino em conversa com seu pai (p. 48); a coluna “Conselhos às mães” em que, nessa edição, o médico Rinaldo de Lamare aconselhava as mães sobre os cuidados com a saúde e higiene infantil, bem como vestir seus filhos e filhas em épocas de calor (p. 12-13); a seção infantil, que traz fotografias de crianças seguidas de legenda contendo filiação, além de imagem de um grupo de bailarinas em apresentação de um espetáculo (p. 26-27) e anúncio publicitário de remédio para desinfetar as mãos no trato de enfermos (p. 55) e espingardas e pistolas, com o desenho de duas crianças pedindo ao pai lhes emprestar a arma para que pudessem atirar (p. 6).

Por fim, a edição número 52, de dezembro de 1937, traz a coluna intitulada “A arte de vestir, cortar e costurar”, a partir do método “Toutemode”, por J. Dias Portugal (p. 61); na seção de humor, a charge retrata uma situação familiar envolvendo um bebê (p. 57); coluna “Conselhos às mães”, que trata da importância e da responsabilidade de se ter um filho, dando conselhos sobre como preservar a saúde das crianças, por meio de vacinação e visitas ao



dentista, por Dr. Rinaldo de Lamare (p. 23); moldes de roupas para meninas (p. 48); anúncios publicitários diversos, como o de uma loja que vende brinquedos de luxo, trazendo a ilustração de crianças felizes divertindo-se com os brinquedos em volta de uma árvore de natal (p. 17); tônico fortalecedor, que traz o desenho de uma criança com cara emburrada, que demonstra não querer comer, enquanto uma mão adulta aponta o dedo indicador em sua direção em gesto autoritário (p. 10); remédio para o estômago, cuja imagem traz o desenho de um bebê sentado com as mãos no chão enquanto brinca (p. 71).

Feita esta etapa da pesquisa, foi possível dimensionar a amplitude do material coletado, de modo a confirmar as hipóteses levantadas inicialmente, as quais supunham que, de fato, a referida revista caracteriza-se por ser um instrumento pedagógico eficaz na educação feminina. Esta constatação se dá em virtude do material coletado das páginas da *Fon-Fon!* versar, dentre outros assuntos, sobre moda para crianças, conselhos às mães em relação à criação de seus filhos e a respeito de como cuidar do lar.

Particularmente para esta pesquisa, selecionou-se, dentre o referido material, soneto intitulado “Exaltação”, de Zélia Villas Bôas, enfatizando o amor materno como inato à essência feminina; dois anúncios publicitários voltados para a saúde infantil, como é o caso dos vermífugos; textos informativos às mulheres, intitulados “Conselhos às mães”, no sentido de oferecer-lhes instruções no trato com os filhos/as e fotos de crianças em colunas sociais, evidenciando o status familiar.

Como se vê nas considerações acerca da educação feminina da primeira metade do século XIX, o ensino dado às mulheres tinha por objetivo a formação da subjetividade feminina de modo a torná-las boas mães e esposas. Consoante a este processo, na edição de número 49 do ano de 1937, encontrou-se um soneto escrito por Zélia Villas Bôas, intitulado “Exaltação”, que trata, em seus versos, sobre o amor materno como um sentimento inato à natureza feminina.

Zélia Villas Bôas — EXALTAÇÃO —  
Rio — 1937

A autora deste volume de poesias é, indiscutivelmente, uma mulher de talento. Escreve o que sente, dando plena expansão ao espírito.

Iveta Ribeiro, outra mulher de talento, fazendo a apresentação do volume, resalta as qualidades de espírito da nova poetisa, salientando as características da sua arte.

*Exaltação* é um livro que se lê com agrado, embora o aspecto desigual das composições apresentadas.

A autora ainda vacilla na construção do verso que pede uma inspiração mais dilatada, um voo mais amplo. A técnica do verso também ainda carece ser trabalhada. Entretanto, em se tratando de um livro de estréia, força é reconhecer a bella intelligencia da autora, capaz de conquistar, de futura, destacada posição no corpo das nossas melhores poetisas. Do volume destaca-se o soneto *Maternidade*, cuja delicadeza feminina é digna de registro.

*Toda mulher contem dentro do seio,  
Desde a primeira infancia descuidosa,  
Um sonho ameno, feito de ouro e rosa,  
Que se traduz no mais humano enleio...*

*E, adolescente, em devaneio, gôsa  
Num desejar que, ás vezes, é receio,  
O doce anêlo, no secreto anseio  
De se sentir, um dia, venturosa.*

*Essa ventura nasce dentro d'alma!...  
E' uma ventura que lhe rouba a calma,  
Entretecida de prazer e dôr...*

*E' uma ansiedade em que se delicia,  
E se resone em contemplar, um dia,  
O filho amado — seu mais terno amor!..*

Fonte: Biblioteca Nacional, *Fon-Fon!*, n. 49, 1937.

Neste viés, Senna (2010, p. 1), ao analisar a maternidade sob a ótica das obras de arte, destaca que

historicamente, a maternidade é construída como o ideal maior da mulher, único caminho para alcançar a plenitude, a total realização da feminilidade. Deste postulado advém uma série de características como: dedicação, abnegação, docilidade que se vinculam diretamente as características necessárias e desejáveis a uma “boa mãe”. Feminilidade identificada com maternidade origina um modelo vigoroso, repleto de simbolismos; a força deste arquétipo explica sua manutenção e exploração pelas diferentes sociedades. (SENNA, 2010, p.1).

Em consonância, nas páginas da *Fon-Fon!*, a coluna intitulada “Conselhos às mães”, escrita pelo médico Rinaldo de Lamare (1910-2002), traz, na edição 51 de 1937, aconselhamentos sobre os cuidados com a saúde e higiene infantil, bem como vestir seus filhos e filhas em épocas de calor (“Os bebês devem usar poucas roupas, o mínimo possível, 2 banhos mornos, quase frios, por dia [...]”) e informando sobre os procedimentos do aleitamento artificial (“A alimentação artificial [...] pode ser dada às criancinhas de duas maneiras: em natureza ou em conserva. [...] O melhor e o mais 'vivo' é o primeiro [...]").

## CONSELHOS ÀS MÃES

**E**STAMOS francamente no início do verão. Nesta estação o calor aqui no Rio de Janeiro, o calor abrasador, que maltrata a criança, faz sofrer extraordinariamente as crianças. E quanto menor tiver a criança tanto mais soffrerá. Torna-se necessario com o calor. Os bebês devem usar poucas roupas, o minimo possível, 2 banhos mornos, quasi frios, por dia; estacionar nos lugares frescos da casa, fugindo sempre dos quartos em que bate o calor. Toda a attenção e cuidado nunca é o bastante, está no que se refere ao leite, a alimentação do pequerrucho.

Para os lactentes que têm a maxima ventura de mamar leite materno está tudo muito bem, e pôde vir calor. Mas para os que estão com alimentação artificial, é o reverso da medalha: o perigo é permanente.

A alimentação artificial é feita, e todos sabem disso, pelo leite de vacca. E este pôde ser dado ás criancinhas de duas maneiras: em natureza ou em conserva. Denomino “em natureza” áquelle que se adquire no estabulo, nos postos de leite (Normandia) entre os sítios, e nas chacaras. O leite de vacca “em conserva” é o leite pô collocado em latas (lactogeno, nestogeno, Drico Edelmeins etc.). O melhor e mais “vivo” digamos assim, é o primeiro; mas, devido ás suas multiplas manipulações, acaba por ser contaminado, offerencen

Fonte: Biblioteca Nacional, *Fon-Fon!*, n. 51, 1937.

Além desta, outra edição da coluna, presente na edição 52 de 1937, trata da importância e da responsabilidade de se ter um filho, tendo em vista que “para ser pae ou mãe, que de todos os deveres talvez seja o de maior responsabilidade, nada é exigido”, dando conselhos sobre como preservar a saúde das crianças, por meio da vacinação e visitas ao dentista (“é um dever vaciná-los contra a tuberculose, a varíola e a diptheria [...], assim como levá-lo ao dentista periodicamente, dar-lhe uma alimentação correcta [...]).

MAIS do que as flores, as crianças enfeitam a vida. Ellas são como as flores: para se criarem belas exigem muito carinho, muito amor. Saber bem criar um filho é uma grande arte. Não é por certo das tarefas mais fáceis.

E na entretanto, nada se exige para ser pae ou mãe. As moças, para ensinar, precisam de diploma de professoras, para dirigir um automovel, ter carta de "chauffeur", para casar, título de "leitora", etc... E para ser pae ou mãe, que de todos os deveres talvez seja o de maior responsabilidade, nada é exigido absolutamente nada. Apesar de paes inexperientes, ou mesmo incompetentes, terem ao alcance das suas mãos a vida, a saúde, e a intelligencia e educação de um ser, e a futuro do país...

Quanto encanto num primeiro sorriso... (Diz um velho puericultor francez: "A mãe que viu o primeiro sorriso de seu filhinho jamais voluntariamente o abandonará"); o primeiro dentinho e a ansia da chegada dos outros; o primeiro passo, a familia toda em volta, o bebê sorrindo, vacilante...; e a primeira sílaba: papá-mamã... Quanta alegria! E a primeira travessura... Com que satisfação os paes não contam a mesma aos avós, e com que alegria estes a escutam! E voe a criança pelo caminho da vida, enfeitando a dos paes.

Ter filhos é o unico meio que o homem encontrou para remogar e prolongar a vida. Elle revive na filha, que a natureza sabiamente copiou os seus traços physiomicos, seus gestos, seu modo de fa-

## Conselhos às mães

lar, como se fosse novamente elle que retornasse á infancia.

Tudo seria então um paraíso que o Natal, festa de todos, caracteriza, no meio da maior alegria e satisfação, si não existissem as doenças, caminho da maior desgraça.

Os paes não devem esperal-a; devem evita-la. A medicina infantil é mais preventiva que curativa, preserva o seu filho das doenças que é possível apañhar. É um dever, vacinal-as

contra a tuberculose, a variola a diphtheria, (o crupe), é um dever tambem, assim como leva-lo ao dentista periodicamente, dar-lhe uma alimentação correcto, emfim administrar, uma assistencia não só affectiva, mas tambem hygienica em toda a extensão da palavra, pois ter filhos sadios e fortes é o melhor presente de Natal que os paes podem desejar...

DR. RINALDO DE LAMARE

## Um Baton de Hollywood

para os seus  
labios  
Rolland

O Baton Rolland no conceito da insigne artista Dulcina de Moraes, creadora de "Tovarich", "Hollywood", "Uma garota que vê longe", e "Certa noite em Nova-York", os maiores successos da temporada theatral de 1937. Dulcina de Moraes, a figura maxima da scena brasileira, que, no anno viudouro, estreará na Broadway, diz do Baton Rolland:

*Quante a minha agitada vida theatral  
fuiho usado as mais variadas marcas de  
baton. Entretanto, só depois de apparencias  
de baton "Rolland", comecei a belleza  
perpetua dos meus labios, graças ao  
seu tom e persistencia.*

*Dulcina*

Baton-Rouge e Esmalte  
ROLLAND COSMETICS — NEW YORK

FON - FON



Procure  
em sua Pharmacia  
distribuidora  
para o Brasil  
M. Labret & Cia. Ltda.  
Rua São José, 13

Desta forma, os conselhos veiculados nas duas edições da coluna analisada ilustram a concepção de educação e práticas higienistas pertinentes à época. Sant'Anna (2011, p. 286) pontua que foi a partir do período imperial que o higienismo foi adotado como uma “fonte de progresso [...] apoiado pelo desejo de modernizar as cidades e os costumes”. Neste aspecto, conforme destacado por Kuhlmann Jr. (2000, p. 8), foram tomadas diversas medidas em prol da educação para a higiene, com o objetivo de atenuar os problemas sociais, como é o caso da

Inspetoria da Higiene Infantil, criada em dezembro de 1923, é substituída em 1934 pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, criada na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933. Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde, e aquela Diretoria muda também o nome para Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. (KUHLMANN JR, 2000, p. 8).

Além disso, Sant'Anna (2011, p. 287) destaca que se podem elencar diversas razões históricas para explicar os costumes de limpeza da população brasileira na transição do Império para a República, dentre as quais,

as concepções sobre o organismo humano, juntamente com as mudanças de suas representações ao longo dos anos, pois as definições dadas a cada corpo, seus limites e perspectivas desenharam no passado (e ainda hoje não abandonaram essa arte) os traços do que era repulsivo e também desejável em matéria de higiene e civilidade (SANT'ANNA, 2011, p. 287)

Tamanha preocupação em relação à saúde e higiene no cuidado com as crianças justifica-se, comenta Sant'Anna (2011, p. 292) pelo fato de que, neste momento histórico, a ideia de asseio está intimamente ligada ao conceito de boa educação, além de ser uma maneira de obter distinção social. A autora pontua, ainda, que “mesmo antes do advento da República, alguns médicos escreveram sobre as vantagens do asseio das roupas” (SANT'ANNA, 2011, p. 293), afirmando que a assiduidade das peças contribuía para a cura de doenças. “Além disso, a propaganda de 'remédios para a beleza', conforme se dizia, divulgava produtos para a higiene vinculando-os à distinção social” (SANT'ANNA, 2011, p. 287).

A revista *Fon-Fon!* anunciava diversas propagandas voltadas aos cuidados com a saúde da criança, como é o caso dos anúncios publicitários

abaixo. No primeiro (*Fon-Fon!*, 1937, n. 52, p. 54), tem-se a figura de um menino com expressão de descontentamento diante de um prato de comida, quando ouve a voz de alguém, provavelmente sua mãe, dando-lhe uma ordem para que coma a refeição, evidenciado pelo indicativo de uma mão com o dedo apontado em direção à criança. A propaganda refere-se a um tônico fortalecedor, que prometia abrir o apetite infantil.

**Se V. não comer,  
não vae ao cinema!**



Quantas vezes não ouve, uma criança, esta ameaça "terrivel"! Entretanto, se ella não quer comer é porque lhe falta o appetite; e, se lhe falta o appetite, é o caso de dar-lhe Tónico Bayer.



**TONICO BAYER**  
NO VIDRO É REMÉDIO,  
MAS NO CORPO É SAÚDE

Tenha a sua familia sob a vigilância de seu médico; assim terá facti ao clinico corar uma doença logo que ella se manifesta.

Fonte: Biblioteca Nacional, *Fon-Fon!*, n. 51, 1937.

Na segunda propaganda selecionada (*Fon-Fon!*, 1937, n. 49, p. 10), mantém-se o tema da anterior. O anúncio refere-se às pastilhas de óleo de fígado de bacalhau, que devem ser ingeridas por crianças minguadas, a fim de que retomem o apetite. O diferencial do produto, que possui cobertura de açúcar, configura-se como um atrativo, uma vez que elimina o gosto desagradável e atenua a resistência infantil em tomar remédios.

**PASTILHAS DE OLEO DE  
FIGADO DE BACALHAU  
PARA CRIANÇAS  
MINGOADAS**

**Cobertas de Assucar**

Se quiser augmentar o appetite e o peso das creanças emmagrecidas, mingoadas, anemicas e rachiticas, não receie mais o gosto horrivel do Oleo de Fígado de Bacalhau.

Por toda parte, hoje em dia, os medicos modernos recommendam-nas, visto que o resultado é visivel em alguns dias sómente. As creanças tomam-nas como se fossem bonbons. Uma mulher ganhou 4 kilos em 24 dias.



Fonte: Biblioteca Nacional, *Fon-Fon!*, n. 49, 1937.

No que diz respeito à inserção de fotografias nas edições da revista *Fon-Fon!*, considera-se que, de acordo com Brites, tais imagens, ao mostrar crianças robustas, belas e alegres, representam importantes referenciais no que tange à construção de um perfil ideal de infância, inclusive “para projetar o futuro desejado: sucesso por meio de determinada vida profissional ativa e escolaridade, cuidado com a família bem estruturada, saúde e beleza” (BRITES, 2000, p.163).

Segundo a autora, o fato de a revista divulgar imagens de crianças pertencentes a certo padrão social está vinculado a questões como “fragilidade, ameaça sofrida, inocência, perspectiva de futuro, possibilidades de transformação no presente e riscos de mortalidade” (BRITES, 2000, p. 163).

Ademais, as fotografias presentes nos exemplares da revista retratam eventos e personalidades importantes, as quais são acompanhadas por pequenas descrições, que explicavam os acontecimentos, que eram, em sua maioria, marcados por luxo e grandiosidade, visto que os homens, mulheres e, por vezes, crianças, apareciam sempre vestidos com sofisticação. “Havia, portanto, um modo de vida que era firmado e reforçado para as leitoras como um ideal, próximo das camadas mais privilegiadas socialmente, que apareciam como exemplos de elegância e beleza” (BRITES, 2000, p. 166).



Aurora, filha do casal Fiammariem de Affonso Costa-d. Edith Souza Mello de Affonso Costa e neta do escritor Affonso Costa.



Arnaldo, filho do casal dr. Carlos Osborne-dona Nina Osborne.

Fonte: Biblioteca Nacional, *Fon-Fon!*, n. 49, 1937.

Vale lembrar que, consoante às imagens dos adultos, as crianças eram retratadas de maneira a evidenciar um alto padrão de vida, sobretudo no que diz respeito ao viver social. Assim sendo, por meio das imagens das crianças, nota-se que “repetiam-se nelas, instrumentos para atingir seus objetivos gerais de vigiar mães, infância e família: valorização da puericultura e a necessidade de controlar o tempo da criança” (BRITES, 2000, p. 166).

Feito tais considerações, foi possível notar que, a partir de seus periódicos, a revista *Fon-Fon!* assumia uma “capacidade de interferir nos processos sociais gerais, estabelecendo articulações entre o universo do consumo e outras práticas, criando necessidades e conservando hábitos” (BRITES, 2000, p. 164). Deste modo, por meio da veiculação de diversificados elementos de expressão, comunicava-se com o seu público alvo: mulheres de poder aquisitivo de médio a alto.

Por fim, acredita-se que as palavras de Rosemberg corroboram a síntese deste trabalho, ao afirmar que

nem sempre a defesa do acesso e progressão das mulheres à educação formação foi sustentada por razões emancipatórias para além da função doméstico-maternal. Durante os séculos XIX e XX, e mesmo nesse início do terceiro milênio, tem sido



possível encontrar a justificativa de que se deve investir na educação da mulher porque 'mulheres educadas são melhores mães' (ROSEMBERG, 2012, p. 338).

Assim, por meio das imagens de crianças, é possível perceber que estas participavam de eventos grandiosos, como casamentos e outras comemorações, e eram retratadas como filhas da elite carioca, sempre de maneira bem vestida e asseada, fato que demonstra a preocupação com a saúde e higiene destas crianças, cuidados que passam a ser dispensados à infância no período a que se refere.

Neste âmbito, a partir da aproximação dos ícones imagéticos veiculados neste capítulo, foi possível evidenciar o caráter pedagógico-educativo que a revista detém sob seu público-alvo, isto é, as mulheres cariocas. Neste sentido, o conteúdo da revista explicita a maneira pela qual a *Fon-Fon!* dissemina um ideal de mulher que se faz em ambiente doméstico, sobretudo no cuidar e no educar dos filhos/as. Enfim, mostrar como o papel de esposa, dona de casa e mãe foram significados no referido período pela imprensa por meio do exame das colunas, dos textos e imagens de uma revista em particular, a *Fon-Fon!* instituiu-se o caminho para conhecer os saberes necessário para cada uma das etapas de vida da mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas neste estudo, foi possível constatar que consoante à educação destinada às meninas, moças e mães, além do ambiente formal do ensino escolarizado, da família e da Igreja, o aprendizado acontecia por meio de outros tantos mecanismos pedagógicos culturais, caso da imprensa, do cinema, da literatura etc.

Tais artefatos, dentre eles a revista *Fon-Fon!*, promoviam a educação continuada dessas mulheres, fazendo perpetuar os modelos ideais de feminino e de feminilidade para a época, os quais ressoavam em todas as etapas de suas vidas, de modo que elas se tornassem boas mães, bem como concebessem a maternidade como algo que devia acompanhar os seus percursos. Por meio da formação escolar e da educação continuada por meio das revistas femininas, as meninas e moças recebiam instruções de como serem boas donas de casa, esposas e mães.

Este trabalho permitiu inferir, a partir da aproximação da revista *Fon-Fon!*, que o discurso disseminado pelo periódico evidenciava nos anúncios publicitários, textos informativos/educativos a necessidade de bem cuidar e bem educar as crianças/filhos, tendo em vista que a preocupação com a higiene e a saúde dos pequenos era fator de suma importância à luz da época.

Dessa forma, percebe-se que a aparência das crianças e a indumentária que as vestia se caracterizavam como um meio de se projetar o ideal de criança saudável e bem cuidada. Portanto, a publicação de imagens dos filhos da elite nas colunas sociais da revista se constituiu uma forma de concretização desse pensamento, uma vez que, por meio das imagens e das notas de crianças bem cuidadas e bem vestidas em eventos sociais que marcam as etapas da vida infantil, como batizado, aniversários etc., se evidenciava o bom desempenho da mulher em relação à maternidade.

A partir do exposto, acredita-se que, muito embora este estudo seja resultado final de um curso de graduação, representa, ainda, um caminho a ser percorrido, tamanho o interesse despertado pelo tema no decorrer de seu desenvolvimento. Esta conclusão decorre do entendimento de que a construção dos sentidos se dá de maneira abrangente, uma vez o estudioso da educação, na análise dos fenômenos educativos associados ao da cultura, ao

debruçar-se sobre os assuntos que envolvem o tema da educação e da moda, levará em consideração não apenas a evolução das práticas de vestir de classes distintas, mas sim compreender como de fato ocorrem tais transformações no decorrer dos tempos, podendo, ainda, como exemplo, analisar-se-á a evolução da indumentária a partir do consumo, dando ao estudo um caráter social.

## REFERÊNCIAS

AREND, Sílvia Fávero. Meninas. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 65-83.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/142.pdf#page=129](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf#page=129)>. Acesso em: set.2013.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930/1950). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol.26, n.1, p. 161-176. jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/ep/article/view/27838/29610>>. Acesso em: fev.2012.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luiz Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. n. 23. p. 36-61, maio/jun./jul./ago.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>>. Acesso em: maio.2012.

FON-FON! Rio de Janeiro, dez, n. 49, 1937. 60 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1937/fonfon\\_1937\\_049.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1937/fonfon_1937_049.pdf)>. Acesso em: jul.2013.

FON-FON! Rio de Janeiro, dez, n. 50, 1937. 60 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1937/fonfon\\_1937\\_050.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1937/fonfon_1937_050.pdf)>. Acesso em: jul.2013.

FON-FON! Rio de Janeiro, dez, n. 51, 1937. 60 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1937/fonfon\\_1937\\_051.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1937/fonfon_1937_051.pdf)>. Acesso em: jul.2013.

FON-FON! Rio de Janeiro, dez, n. 52, 1937. 72 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1937/fonfon\\_1937\\_052.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1937/fonfon_1937_052.pdf)>. Acesso em: jul.2013.

FREYRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. 2. ed. Ver. São Paulo: Global, 2009. 330 p.

HORTA, José Silvério Baia. *Gustavo Capanema*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 158 p.

KUHLMANN JR. Moisés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. n. 14, p. 5-18, maio/jun./jul./ago.2000. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14\\_03\\_moyses\\_kuhlmann\\_jr.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_03_moyses_kuhlmann_jr.pdf)>. Acesso em: set.2013.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-468.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema nacional de ensino no Brasil. In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). *Fundamentos históricos da educação no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2005. p. 111-128.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Hhalasz. A mulher na História da Educação Brasileira: entraves e avanços de uma época. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS 'HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 4, 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: 2012. v. 1. p. 3069-3094. Disponível em: < [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf)>. Acesso em: junho.2013.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; et. al. *O Brasil Republicano*. 2. ed. Difel: Rio de Janeiro – São Paulo, 1978. p. 261-291.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções* – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 172 p.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.149-159.

SANT'ANNA. Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORI, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 283-312.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 405 p.

SENNA, Nádia da Cruz. As imagens das mães pelas artistas plásticas do século XX. In: FAZENDO GÊNERO 9. DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 2010, Santa Catarina. *Anais eletrônicos...* Santa Catarina: 2010, p. 1-10. Disponível em: < [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268059050\\_ARQUIVO\\_Maternidade\\_FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268059050_ARQUIVO_Maternidade_FG9.pdf)>. Acesso em: set.2013.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 255 p.

ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon! *Patrimônio e Memória*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 225-243, jun.2009.

Disponível em:

<<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/178/178>>. Acesso em: fev.2013.